



**ESTADO DO TOCANTINS**  
**PREFEITURA DE BURITI DO TOCANTINS**

**LEI Nº011/2013**

**Buriti do Tocantins –TO de 02 de julho de 2013.**

*Confirmando para o devido  
fins que a presente lei  
foi publicada na ofe-  
sua no 2ª edição municipal,  
em 02 de julho de 2013.*

*“Dispõe sobre a Implantar o Centro  
de Atenção Psicossocial - CAPS, no  
âmbito do Município de Buriti do  
Tocantins - TO, e adota outras  
providências”.*

*Maria do Socorro R. Amorim*  
Secretária Mul. de Finanças  
Port. nº 001/2013

**A PREFEITA MUNICIPAL DE BURITI DO TOCANTINS;**

Faço saber que a Câmara Municipal aprova e eu sanciono a seguinte Lei:

**Art. 1º** - É implantado o Centro de Atenção Psicossocial –CAPS, para atender de forma resolutiva e com qualidade a população com transtorno mental severo ou moderado do Município e ciclo vizinho.

Considerando a lei 10.216/2006, que dispõe sobre a proteção e o direito das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modo a assistência em saúde mental;

Considerando a portaria GM/MS nº 3.088/2002, que cria normas e diretriz para organização dos Centros de Atenção Psicossocial e estabelece distintas modalidades;

**Art. 2º** - Os direitos e a proteção das pessoas acometidas de transtorno mental, de que trata esta Lei, são assegurados sem qualquer forma de discriminação quanto à raça, cor, sexo, orientação sexual, religião, opção política, nacionalidade, idade, família, recursos econômicos e ao grau de gravidade ou tempo de evolução de seu transtorno, ou qualquer outra.

**Art. 3º** -Nos atendimentos em saúde mental, de qualquer natureza, a pessoa e seus familiares ou responsáveis serão formalmente cientificados dos direitos enumerados no parágrafo único deste artigo.

*21X*

**Parágrafo Único:** São direitos da pessoa portadora de transtorno mental:

- I – ter acesso ao melhor tratamento do sistema de saúde, consentâneo as suas necessidades;
- II – ser tratado com humildade e respeito e no interesse exclusivo de beneficiar sua saúde, visando alcançar sua recuperação pela inserção na família, no trabalho e na comunidade;
- III – ser protegida contra qualquer forma de abuso e exploração;
- IV – ter garantia de sigilo nas informações prestadas;
- V – ter direito à presença médica, em qualquer tempo, para esclarecer a necessidade ou não de sua hospitalização involuntária;
- VI – ter livre acesso aos meios de comunicação disponíveis;
- VII – receber o maior número de informações a respeito de sua doença e de seu tratamento;
- VIII – ser tratado em ambiente terapêutico pelos meios invasivos possíveis;
- IX – ser tratada, preferencialmente, em serviços comunitários de saúde mental.

**Art. 4º** - É responsabilidade do estado o desenvolvimento da política de saúde mental, a assistência e a promoção de ações de saúde aos portadores de transtornos mentais, com a devida participação da sociedade e da família, a qual será prestada em estabelecimento de saúde mental, assim entendidas as instituições ou unidades que ofereçam assistência em saúde aos portadores de transtornos mentais.

**Art. 5º** - Seguem em anexo o quadro de pessoal;

**Art. 6º** - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

**Art. 7º** - Esta lei entrará em vigor com efeito retroativo a 1º de maio de 2013, revogadas as disposições em contrário.

**GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE BURITI DO TOCANTINS,**  
Estado do Tocantins, aos 02 dias do mês de julho de 2.013.

  
**RUBIA RODRIGUES AMORIM**  
Prefeita Municipal

**ANEXO I - LEI Nº 011 / 2013**

**QUADRO DE PESSOAL:**

<b>CARGO</b>	<b>QUANT.</b>	<b>SALÁRIO</b>
Diretor do CAPS	1	1.600,00
Médico Psiquiatra	1	6.000,00
Enfermeiro	1	1.760,00
Assistente Social	1	1.760,00
Psicólogo	1	1.760,00
Terapeuta Ocupacional	1	1.760,00
Pedagogo	1	1.760,00
Técnico de Enfermagem	1	690,00
Artesã	1	800,00
Assessoramento - I	3	700,00
	<b>11</b>	

**GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE BURITI DO TOCANTINS,**  
Estado do Tocantins, aos 02 dias do mês de julho de 2.013.

  
**RUBIA RODRIGUES AMORIM**  
Prefeita Municipal